

# O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: AS PRODUÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NAS UNIVERSIDADES DO ESTADO DA PARAÍBA

Aryadne Wynne de Carvalho Travassos<sup>1</sup>

Thayná Souto Batista<sup>2</sup>

Rodiney Marcelo Braga dos Santos<sup>3</sup>

Tatiana Cristina Vasconcelos<sup>4</sup>

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo apresentar o estado do conhecimento sobre o tema Transtorno do Espectro Autista (TEA) em dissertações e teses oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades públicas do estado da Paraíba e como objetivos específicos: compreender o cenário das produções nas teses e dissertações; examinar os objetos de estudo que vem sendo privilegiados nas pesquisas sobre o tema; identificar os aportes teóricos e escolhas metodológicas adotadas. Quanto aos procedimentos metodológicos, se ancora na abordagem qualitativa, é uma pesquisa bibliográfica do tipo estado do conhecimento. No contexto das pesquisas que abordam a temática supracitada, identificaram-se apenas duas dissertações, o que representa uma parcela reduzida do conjunto total de dissertações, considerando que os Programas existem há mais de duas décadas. A primeira delas originou-se no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba e ostenta o título "A criança com Transtorno do Espectro Autista na sala regular da educação infantil: das políticas educacionais às práticas pedagógicas em João Pessoa-PB" (Santos, 2020). Já o segundo trabalho foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande e leva o título "Concepções docentes sobre a inclusão de crianças com autismo na educação infantil" (Rosado, 2021).

**Palavras-chave:** Inclusão escolar, Transtorno do Espectro Autista, Pós-Graduação em Educação, Estado do conhecimento.

## INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo surgiram várias designações e termos para os padrões não adaptativos no desenvolvimento das habilidades sociais, comportamentais e outras. O termo autismo surgiu em 1906 pelo psiquiatra Ploullier, quando estudava o processo de pensamento de pacientes com diagnóstico de demência. Porém, foi disseminado somente em 1911 pelo psiquiatra suíço Bleuler em observações à pacientes esquizofrênicos. E, somente, na década de

---

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em Matemática da UFCG. aryadnecarvalho12@gmail.com;

<sup>2</sup> Mestranda em Formação de Professores da UEPB. thaynasoutob@gmail.com;

<sup>3</sup> Doutor em Logística da UFRR. Professor do IFPB e do Mestrado em Formação de Professores da UEPB. rodiney.santos@ifpb.edu.br;

<sup>4</sup> Doutora em Educação da UERJ. Professora da UEPB. tatianavasconcelos@servidor.uepb.edu.br.

40 que o psiquiatra infantil Kanner publicou um artigo descrevendo um novo transtorno, o autismo infantil e o pediatra Asperger, que descreveu um transtorno semelhante, que se tornou conhecido como Síndrome de Asperger (Whitman, 2015; Teixeira, 2016).

Em 1943, através da observação de 11 crianças, foi descrito um tipo de comportamento bastante original, ou seja, movimentos estereotipados, desconsiderava completamente as pessoas, hiperfoco e outros (Kanner, 1943). No ano de 1994, foi descrita uma síndrome semelhante, fruto da observação com mais de 400 crianças que apresentavam: fala incomum e estereotipada, expressões faciais apáticas, gestos inapropriados, movimentos descoordenados e outros (Asperger, 1944). Todavia, somente na década de 80 que o estudo começou a ser visto como o pioneiro no segmento (Wing, 1981).

O *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM) foi publicado no ano de 1952, pela American Psychiatric Association (APA), em uma tentativa de catalogar uma série de doenças mentais identificadas, clinicamente descritas e sistematizadas. No DSM-I, o autismo apareceu como um subgrupo da psicose infantil, pois, ainda, não havia um diagnóstico separado. Já em 1968, na DSM-II, o autismo passa a ser tratado como esquizofrenia infantil.

No ano de 1978, o psiquiatra Rutter cria um marco na compreensão do autismo, classificando-o como um distúrbio do desenvolvimento cognitivo, nesse sentido, inovando o campo das pesquisas científicas (Rutter, 1978). Ademais, influenciou a elaboração do DSM-III, sendo reconhecido pela primeira vez como uma condição específica, colocando em uma nova classe “transtornos invasivos do desenvolvimento”, pois, reflete em múltiplas áreas de funcionamento do cérebro e pelas condições a ele relacionadas. No início da década de 80, a psiquiatra Wing desenvolve o conceito de autismo como um espectro (Wing, 1981).

A DSM-III de 1980 adotada a classificação de “autismo infantil”, passando a ficar dentro quadro do “TGD”, sendo preciso a exclusão de um diagnóstico de esquizofrenia. Após sete anos, uma nova revisão, a DSM-III-R, o “autismo infantil” passa a ser chamado de “transtorno autista”. Além da mudança de nomenclatura ocorrem mudanças conceituais e novos critérios surgem para o fechamento do diagnóstico (Schmidt, 2017; Júnior Braga, 2018).

Em 1994, o DSM-IV<sup>5</sup> inclui a “Síndrome de Asperger”, ampliando a visão de autismo, em contrapartida ficou ainda mais difícil de fechar o diagnóstico desses indivíduos. Em 2002, surgiu uma revisão e no DSM-IV-TR o “TGD” passou a utilizar o Transtorno de Asperger para aqueles que apresentavam questões relacionadas a inteligência e memorização. O DSM-IV se

---

<sup>5</sup> A Síndrome de Asperger é adicionada ao DSM-IV e da CID-10, assim, tornaram-se equivalentes para evitar confusão entre pesquisadores e clínicos. Também, o espectro do autismo, que passa a incluir casos mais leves, em que os indivíduos tendem a ser mais funcionais.

embasava na tríade interação social, comunicação social e padrões restritos, repetitivos e estereotipados (Schmidt, 2017; Júnior Braga, 2018).

A DSM-5, de 2014, é embasado em um modelo que une dois domínios, a saber: comunicação e interação social. Também, absorveu o diagnóstico estabelecido no manual anterior em um único diagnóstico, TEA. Uma outra inclusão são os níveis de autismo, diferenciando no diagnóstico entre autismo leve, moderado e severo (Schmidt, 2017; Júnior Braga, 2018).

No ano de 2022 foi publicada a nova versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), desenvolvida e atualizada pela Organização Mundial da Saúde, que segue o que foi proposto na DSM-5 e passa a adotar a nomenclatura “TEA” para englobar todos os diagnósticos anteriormente classificados como “TGD”, com isso, definindo um único código 6A02, acrescentado por subdivisões associadas a linguagem funcional e a deficiência intelectual (Tismoo, 2022).

O TEA é um distúrbio do neurodesenvolvimento que compreende um grupo de sintomas que se manifesta entre os 3 anos de idade e se prolonga por toda a vida (APA, 2014). Disto isso, segundo a DSM-5, o diagnóstico de TEA deve ser realizado de acordo com critérios estabelecidos: déficits nas interações sociais; dificuldades no contato visual e na linguagem corporal; interesses restritos e fixos; comportamentos estereotipados/repetitivos; aderência inflexível a rotinas, padrões ou comportamentos ritualizados; déficits na reciprocidade sócio emocional e na comunicação não-verbal; hiper ou hipo sensibilidade a estímulos sensoriais, entre outros. No segundo momento do diagnóstico deve ser conhecida, através do nível das dificuldades e déficits de comunicação e comportamento, a gravidade dos sintomas e na sequência, as terapias de intervenção (APA, 2014).

A presente pesquisa teve como objetivo apresentar o estado do conhecimento sobre o tema TEA em dissertações e teses oriundas dos Programas de Pós-Graduação em Educação das universidades públicas do estado da Paraíba e como objetivos específicos: compreender o cenário das produções nas teses e dissertações; examinar os objetos de estudo que vem sendo privilegiados nas pesquisa sobre o tema; identificar os aportes teóricos e escolhas metodológicas adotadas.

Quanto aos procedimentos metodológicos, se ancora na abordagem qualitativa, é uma pesquisa bibliográfica do tipo estado do conhecimento. No contexto das pesquisas que abordam a temática supracitada, identificaram-se apenas duas dissertações, o que representa uma parcela reduzida do conjunto total de dissertações, considerando que os Programas existem há mais de duas décadas.

## **METODOLOGIA**

A metodologia do presente trabalho é considerada de abordagem qualitativa, uma vez que pretende catalogar de acordo com os conteúdos científicos os trabalhos a nível de Pós-Graduação, ofertando, assim, uma compreensão dos conhecimentos produzidos na área de enfoque desta pesquisa. Dessa forma, configura-se como sendo uma produção do estado da arte, pois objetiva:

[...] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002, p. 257).

O objetivo inicial da pesquisa foi estabelecer critérios de inclusão e exclusão para a seleção das instituições abrangidas pelo propósito do estudo. Com essa definição, a decisão foi tomada para realizar a investigação em universidades públicas, com ênfase nos Programas classificados na categoria "Educação" conforme os parâmetros estipulados pela Plataforma Sucupira. Vale ressaltar que todos os Programas designados como "Ensino" foram intencionalmente excluídos do processo de seleção. Os programas identificados por meio dessa plataforma incluíram o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), ambos em pleno funcionamento.

Após identificar os Programas incluídos no escopo da pesquisa, a segunda fase teve como objetivo principal a seleção dos objetos de estudo presentes nas dissertações e teses relacionadas à temática do TEA. O levantamento resultou na identificação de dois trabalhos, um proveniente de cada universidade.

O PPGE da UFCG teve início em 2016 e oferece exclusivamente o Mestrado Acadêmico em Educação tendo 82 dissertações publicadas, representando uma oportunidade para profissionais interessados em aprofundar seus conhecimentos na área educacional.

O PPGE da UFPB é reconhecido por sua trajetória de excelência acadêmica. Iniciado em 1977, o mestrado já contabiliza 543 dissertações publicadas, enquanto o doutorado, iniciado em 2003, acumula 311 teses publicadas.

## RESULTADOS

No contexto das pesquisas que abordam a temática do TEA na perspectiva inclusiva, identificaram-se apenas duas dissertações, o que representa uma parcela reduzida do conjunto total de dissertações relacionadas ao tema, considerando que os Programas existem há mais de duas décadas.

A primeira delas originou-se no âmbito do PPGE da UFPB e ostenta o título "A Criança com Transtorno do Espectro Autista na Sala Regular da Educação Infantil: Das Políticas Educacionais às Práticas Pedagógicas em João Pessoa-PB", sendo elaborada pela autora Santos (2020). Já o segundo trabalho foi desenvolvido no PPGE da UFCG e leva o título "Concepções Docentes Sobre a Inclusão de Crianças com Autismo na Educação Infantil", sendo elaborado pela autora Rosado (2021).

O intuito da dissertação de Santos (2020) reside em compreender de que maneira se concretiza a inclusão educacional de crianças com TEA no âmbito da Educação Infantil. Nesse sentido, o estudo se propõe a investigar a natureza do processo educacional, ao mesmo tempo em que busca refletir sobre os progressos alcançados e os desafios enfrentados no que diz respeito à inclusão das crianças com TEA.

O estudo realizado adotou uma abordagem qualitativa e se caracteriza como uma pesquisa exploratória, que combina métodos de pesquisa documental e empírica. Para a coleta de dados, foram empregadas técnicas de entrevistas semiestruturadas em profundidade e observações participantes. O método utilizado para a compreensão da realidade investigada foi o Hermenêutico-dialético, fundamentado nas contribuições da Teoria Histórico-Cultural.

A pesquisa teve como foco um Centro de Referência em Educação Infantil (CREI) localizado em João Pessoa, Paraíba. O estudo envolveu a participação de seis crianças com TEA, duas professoras das salas regulares, cinco cuidadoras, uma diretora, uma supervisora, uma professora do Atendimento Educacional Especializado e cinco mães, totalizando 21 participantes.

Santos (2020) observou que o foco em atividades voltadas para escolarização e não ao desenvolvimento pleno das crianças acarreta uma supervalorização daquelas crianças que atendem às expectativas desse modelo educativo em detrimento da aproximação de crianças com TEA e professora — uma vez que essas não atendiam às expectativas esperadas. Fenômeno esse que prejudica o desenvolvimento das crianças dentro do espectro. O levantamento feito demonstrou também que alguns profissionais sentem-se incapazes de realizar atividades especializadas para as crianças com autismo.

A partir dos fatos elencados, nota-se uma extrema carência do sistema educacional em relação à promoção da integração do aluno com autismo nesse meio, sendo necessárias ações dos educadores em conjunto com as secretárias de educação a fim de mudar essa realidade.

Já a dissertação da Rosado (2021), concentra-se na temática da inclusão de crianças autistas na sala de aula do ensino infantil. O estudo buscou analisar de forma equitativa a inclusão dessas crianças em comparação com aquelas que apresentam outras condições na educação especial. O principal objetivo foi investigar as concepções dos docentes da Educação Infantil sobre a inclusão de alunos autistas. Dessa maneira, ressalta-se a importância do papel do professor na promoção da inclusão.

Rosado (2021) relata sobre as dificuldades enfrentadas como mãe ao lidar com os desafios decorrentes do diagnóstico de autismo de seu filho. Ela expressa a complexidade de receber assistência coerente de especialistas, ressaltando que, naquele momento, o diagnóstico a retirou de sua zona de conforto. A autora percebeu a falta de conhecimento sobre o TEA, bem como a aparente falta de conhecimento por parte dos profissionais locais, incluindo psicólogos, fonoaudiólogos e professores em sua região, na cidade de Guarabira-PB, no brejo paraibano.

Essa experiência evidenciou a necessidade de um suporte mais abrangente e informado para auxiliar pais e cuidadores diante dos desafios que o autismo apresenta. Diante dessas adversidades, Rosana (2021) fundou o grupo denominado "Mães Azul" com a finalidade de proporcionar apoio às mães e familiares de crianças autistas, visando assegurar os direitos dessas famílias.

A respeito da concepção teórico-metodológico, Rosado (2021) assumiu a perspectiva socio-histórica de Vigotski, no qual, entende o desenvolvimento humano como um processo complexo, que o sujeito se insere na cultura por meio da mediação de outros mais experientes, influenciado por diversos fatores, incluindo a base biológica, o contexto histórico e as oportunidades de interação. Além disso, estabeleceu diálogos teóricos com autores que exploram concepções relacionadas à infância, Educação Infantil, deficiência, autismo, também, sobre as políticas públicas e os dispositivos legais pertinentes ao tema.

Para a coleta de dados, a autora escolheu realizar entrevistas semiestruturadas, visando facilitar uma interação mais próxima entre a pesquisadora e os participantes, com ênfase na escuta das professoras entrevistadas. As docentes, que atuavam no município, levantaram a questão da ausência de suporte em sala de aula para crianças com TEA, resultando no envolvimento das mães dessas crianças no desempenhodesse papel.

Considerando o exposto, os resultados destacaram a capacidade das professoras em redefinir suas concepções acerca das crianças com autismo, moldadas por suas experiências

diárias. Também, foi enfatizado pelas participantes a importância de uma formação adequada para lidar de maneira mais eficaz com os desafios enfrentados. Adicionalmente, abordou-se o impacto da presença das mães na sala de aula, gerando desconforto durante disputas por decisões, mas proporcionando alívio em momentos de comportamentos disruptivos das crianças com TEA.

Ademais, Rosário (2022) destacou sobre como a escuta ativa das professoras indica uma busca proativa pelo desenvolvimento de estratégias que promovam um ambiente inclusivo na Educação Infantil. Isso ressalta a compreensão de que os princípios da inclusão não se restringem apenas ao acesso das crianças com autismo à instituição, mas abrangem sua participação efetiva.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A condução deste estudo científico revelou uma lacuna significativa no que diz respeito à produção de conhecimento sobre o autismo nos Programas de Pós-Graduação em Educação do estado da Paraíba. A necessidade premente de expandir a realização de estudos nesse campo é evidente, visando enriquecer as discussões acadêmicas e contribuir para a construção de sistemas educacionais mais inclusivos. É crucial ressaltar que o aumento na produção de teses e dissertações neste domínio não só detém importância científica significativa, mas também pode catalisar avanços em pesquisas futuras, consolidando os estudos em âmbito nacional. Apesar do crescimento quantitativo, a produção ainda é considerada restrita.

Através da utilização da Plataforma Sucupira, identificaram-se os Programas de Pós-Graduação em Educação no estado da Paraíba, revelando a presença de dois, na UFPB e UFCG. No escopo desses programas, constatou-se a existência de apenas duas dissertações relacionadas ao TEA, ambas centradas nas fases iniciais da escolarização, especialmente na Educação Infantil. Esse achado evidencia a carência de produção científica voltada para o desenvolvimento de práticas educacionais destinadas a esse público nas etapas finais da Educação Básica e no Ensino Superior.

Contudo, recomenda-se investir de maneira robusta na formação inicial e continuada de professores, promovendo estudos com rigor científico e divulgando os resultados nos cursos de licenciatura. Essa abordagem contribuirá para mitigar a escassez na produção científica, permitindo uma base mais sólida para intervenções e políticas educacionais. As análises realizadas não buscam estabelecer uma verdade absoluta, uma vez que este estudo concentrou-se em uma região específica do Brasil e sistematizou a produção científica em um campo delimitado de fontes. O objetivo foi introduzir novos elementos que enriqueçam a produção de

conhecimento em um domínio tão complexo e relevante.

Por fim, destaca-se a necessidade premente de futuras investigações empíricas sobre o TEA, com a definição clara dos objetos de estudo, critérios de inclusão e exclusão bem delineados, utilização de fontes variadas, descrição detalhada do delineamento metodológico e caracterização minuciosa dos instrumentos utilizados. Esse enfoque visa não apenas possibilitar a replicação ou contestação das pesquisas, mas também fornecer subsídios para que, no futuro, os profissionais da educação possam desenvolver práticas mais inclusivas e informadas.

## REFERÊNCIAS

APA. DSM - 5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. trad. Maria Inês Corrêa Nascimento (*et al.*). 5. ed., Porto Alegre: Artmed, 2014.

APA. DSM-IV-TR. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. trad. Cláudia Dornelles; 4.ed. rev., Porto Alegre: Artmed, 2002.

Asperger, H. **Autistic psychopathy' in childhood**. In: Frith, Uta. (Ed.) Autism and Asperger syndrome. Cambridge: Cambridge University Press. p. 37-92, 1944.

Ferreira, N. S. A. As pesquisas denominadas " estado da arte". **Educação & Sociedade**, v. 23, p. 257-272, 2002.

Júnior Braga, F. V. **Atendimento educacional especializado para o estudante com transtorno do espectro autista**. Mossoró: EdUFERSA, 2018.

Kanner, L. Autistic disturbances of affective contact. **Nervous Child**, v. 2, p. 217-250, 1943.

Rosado, A. **Concepções docentes sobre a inclusão de crianças com autismo na educação infantil**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande. 2021.

Santos, I. **A criança com transtorno do espectro autista na sala regular da educação infantil**: das políticas educacionais às práticas pedagógicas em João Pessoa-PB. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2020.

Schmidt, C. Transtorno do espectro autista: onde estamos e para onde vamos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 22, n. 2, p. 221-230, abr./jun., 2017.

Teixeira, G. **Manual do autismo**: guia dos pais para o tratamento completo. 1. ed. Rio de Janeiro: Best Seller, 2016.

Tismoo. **Nova classificação de doenças, CID-11, unifica Transtorno do Espectro do Autismo**: 6402. Disponível em: <https://tismoo.us/saude/diagnostico/nova-classificacao-dedoencas-cid-11-unifica-transtorno-do-espectro-do-autismo-6a02/>. Acesso em: 6 dez. 2022.

Whitman, T. L. O desenvolvimento do Autismo. São Paulo: M. Books, 2015. WING, L.

Asperger's syndrome: a clinical account. **Psychological Medicine**, Cambridge, v. 11, p. 115-129. 1981.